



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 66/XI/ 2.ª SL

Aos 20 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Apreciação e votação do Parecer sobre o Projecto de Lei n.º 379/X/1.ª (CDS/PP) - "Procede à redução do número de elementos do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A."
Relatora: Deputada Carla Rodrigues (PSD);
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para nomeação de relator das audições subordinadas ao tema das "Condições do Exercício da Actividade de Imprensa na Madeira"
4. Fixação da redacção final dos Projectos de Resolução n.º 270/XI/2.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo a conclusão do processo de classificação do Complexo Monumental das Sete Fontes" e n.º 276/XI/2.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a publicação do despacho de classificação do Complexo das Sete Fontes e a adopção de medidas da sua protecção";
5. Apreciação das informações sobre a discussão dos Projectos de Resolução n.º 189/XI/1.ª (PCP) - "Propõe medidas de preservação do carácter público e de desenvolvimento empresarial para a empresa Tobis" e n.º 233/XI/1.ª (BE) - Recomenda ao Governo a não alienação da Tobis Portuguesa, S.A.", e do Projecto de Resolução n.º 234/XI/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a adopção de medidas para a protecção do Museu da Cortiça";
6. Apreciação e votação de actas;
7. Outros assuntos.

11:00

Audição do Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A.

No primeiro ponto da ordem do dia, foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Passou-se ao segundo ponto da ordem do dia, tendo a Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) apresentado o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 379/X/1.ª (CDS/PP) - "Procede à redução do número de elementos do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A."

Usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), para cumprimentar a relatora, e João Serrano (PS), para concordar com o parecer e defender a discussão de forma global e articulada da composição dos conselhos de administração. A esta intervenção respondeu a oradora antecedente, lembrando que o seu grupo parlamentar tinha já apresentado uma iniciativa legislativa nesse sentido, a qual tinha sido inviabilizada pelo voto do PS.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade.

Foi então apresentado pelo Senhor Deputado Luís Miguel França (PS) o requerimento para nomeação de um relator para as audições sobre as condições de exercício da actividade de imprensa na Madeira, tendo fundamentado esse requerimento na necessidade da transparência dos trabalhos parlamentares, à semelhança do que já aconteceu com anteriores audições.

Pronunciou-se a este respeito o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD), para defender que em regra um relator é nomeado quando se iniciam as audições, sendo essa a altura em que se define se vai haver relatório e quem o elaborará. Ao se nomear agora um relator corre-se o risco de essa pessoa não ter estado em todas as audições. Acrescentou que para se saber o conteúdo das audições basta consultar as actas das reuniões em que elas ocorreram. Apelou a que não se subvertam as regras regimentais, das quais muitas consuetudinárias, nesta matéria e considerou a iniciativa como politicamente insensata. Concluiu reiterando a posição de que trazer para a Assembleia da República questões que colidem com as autonomias regionais é dar uma machadada no modelo de funcionamento do Estado português, nessas autonomias e nos poderes autonómicos.

Usou da palavra a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), para informar que o seu grupo parlamentar acompanhava o requerimento e lembrar que nas audições anteriores não havia um modelo de audições e de relatório fechado, que foram então estabelecidas "pontes" para que o relatório existisse e o trabalho da Comissão fosse transparente; que as actas não espelham a discussão havida nas audições porque foram gravadas, havendo as gravações em áudio e vídeo; e que

nestas audições foi analisado o comportamento de duas entidades que têm de responder perante a Assembleia da República – a ERC e a Autoridade da Concorrência – e em relação às quais se pôs em dúvida a sua actuação.

Pronunciaram-se também os Senhores Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), para concordar com o requerimento, e João Serrano (PS), para lembrar que nas audições anteriores foram iniciados os trabalhos, aprovadas as audições e só no decorrer dos trabalhos foi aprovada a elaboração de relatório e nomeado o relator, e para frisar que o que se pretende é deixar de forma transparente, para o futuro, o trabalho desenvolvido pela Comissão.

Também o Senhor Presidente fez uma intervenção, para precisar que nas audições anteriores o requerimento para a sua realização previa logo a elaboração de um relatório e que apenas a nomeação do relator foi feita mais tarde. Enquanto Deputado, expressou desagrado pelo que, do ponto de vista político, está subjacente a este requerimento. Recordou que tinha já alertado para o risco político de instrumentalização da Comissão, por se imiscuir em matérias que não são da sua competência directa e, em sua opinião, os seus receios confirmaram-se com este requerimento, uma vez que se pretende que a Comissão, logo a Assembleia da República, tome uma posição sobre a matéria e, em seu entender, a Assembleia da República não tem competência directa sobre esta matéria, pelo que não deve tomar posição. Apesar de compreender o objectivo destas audições – trazer para a Assembleia da República uma visibilidade política que insatisfatoriamente conseguem na região autónoma – entende que a Assembleia da República estará a ultrapassar as suas competências ao tomar posição sobre a matéria. Diferente seria fazer na Comissão um debate político sobre o assunto, vertendo em acta as posições políticas de cada um dos grupos parlamentares.

Numa última intervenção, o proponente discordou do Senhor Presidente, tendo defendido que o que está em causa na região autónoma é o estado de Direito, por violação do artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa, e desafiou os Deputados do PSD a questionarem os seus colegas eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira por terem apresentado um projecto de resolução sobre matéria que é da competência da assembleia legislativa da região autónoma.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado, com votos a favor do PS, do CDS-PP, do BE e do PCP e votos contra do PSD.

Tendo-se verificado que, pela grelha de distribuição de documentos para emitir relatório, a indicação do relator caberia ao PS, foi nomeado o Senhor Deputado Luís Miguel França.

Passando ao ponto seguinte da ordem do dia, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) informou que iria tentar encontrar, com a Deputada Catarina Martins (BE) um texto comum às duas resoluções aprovadas, de modo a fundi-las, solicitando o adiamento para a próxima reunião.

Usou da palavra o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), para referir que outras comissões não têm seguido a prática de fundir resoluções já aprovadas pelo Plenário, porque com a fusão dos textos há sempre algo que se perde, levando à publicação em *Diário da República* de algo que é diferente do que foi aprovado pelo Plenário.

Respondeu o Senhor Presidente que, tratando-se de projectos de lei, o trabalho de criação de um texto único seria feito na especialidade, mas com os projectos de resolução isso não acontece, porque não têm discussão e votação na especialidade. Na redacção final, ou há um consenso para criação de um texto único ou terão de ser publicadas duas resoluções semelhantes.

Tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), para concordar com a intervenção do Senhor Presidente e sugerir que a questão seja abordada na Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, para uniformização de métodos de trabalho, sugestão que foi de imediato aceite pelo Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) concordou com a posição expressa pelo Senhor Presidente.

De seguida, foram aprovadas, por unanimidade, as informações relativas à discussão dos Projectos de Resolução n.º 189/XI/1.ª (PCP) - "Propõe medidas de preservação do carácter público e de desenvolvimento empresarial para a empresa Tobis" e n.º 233/XI/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a não alienação da Tobis Portuguesa, S.A.", e do Projecto de Resolução n.º 234/XI/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a adopção de medidas para a protecção do Museu da Cortiça".

As actas n.ºs 63/XI, 64/XI e 65/XI, relativas às reuniões de 29 de Setembro, 6 e 13 de Outubro de 2010, foram aprovadas por unanimidade.

No último ponto da ordem do dia antes da audição do Conselho de Administração da RTP, o Senhor Presidente referiu as iniciativas europeias COM(2010)520 e COM(2010)521, relativas à Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, as quais foram remetidas à Comissão para eventual acompanhamento, e defendeu que a matéria destas iniciativas cabe melhor no âmbito das competências da 9.ª Comissão do que nas da CESC, entendimento que foi sufragado pelos restantes Deputados.

Finalmente, foram nomeados os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD), Rui Pereira (PS) e Conceição Pereira (PSD) para elaborarem, respectivamente, os pareceres sobre as áreas da comunicação social, da sociedade da informação e da cultura, no que toca à Proposta de Lei n.º 42/XI/2.ª (GOV) – Orçamento do Estado para 2011.

De seguida, iniciou-se a audição do Conselho de Administração da RTP, S.A., o qual esteve representado pelo seu Presidente, Dr. Guilherme Costa, pela Administradora, Dr.ª Carla Chousal, e pelo Director Financeiro, Dr. Teixeira Bastos.

Antes de iniciada a audição, propriamente dita, o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) solicitou ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., que informasse a Comissão da data em que respondeu aos requerimentos do seu grupo parlamentar, tendo o Dr. Guilherme Costa informado que essa resposta foi prestada em 8 de Julho de 2010.

Iniciada a audição, o Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., fez uma intervenção inicial, na qual abordou os temas relativos à situação económica e financeira da RTP, nomeadamente, a situação das contas de 2010 e o cumprimento do objectivo de redução de custos anunciado, e os relativos ao montante dos fundos públicos pagos à RTP e participação ou não da RTP no imperativo nacional de contenção de despesa.

Na primeira ronda de perguntas, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD), que colocou questões sobre as receitas da RTP, a evolução dos custos com pessoal bem como dos custos com a grelha, sobre as receitas de publicidade e o empréstimo de médio e longo prazo, sobre os custos por canal, tanto de rádio como de televisão, e sobre poupança na RTP para evitar o aumento da contribuição para o audiovisual, as quais foram respondidas pelo Dr. Guilherme Costa.

Usou depois da palavra o Senhor Deputado João Serrano (PS), para saudar o trabalho desenvolvido pela administração da RTP quanto ao saneamento financeiro da empresa, e questionar sobre os efeitos de um eventual fim da publicidade paga na RTP bem como do fim do serviço público, sobre as diferenças entre a prestação do serviço público e a programação dos restantes canais generalistas, tendo o Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., respondido.

Pela Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) foram colocadas questões sobre o financiamento do serviço público, sobre o balanço líquido de pessoal na RTP, sobre o valor dos estudos encomendado pela RTP, sobre valores da publicidade na RTP e nos outros operadores e sobre eventuais tabelas autónomas de publicidade para os canais da RTP-Madeira e da RTP-Açores, as quais foram respondidas pelo Dr. Guilherme Costa e pela Dr.^a Carla Chousal, que completou a resposta anterior.

Por sua vez, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) fez comentários sobre o serviço público de televisão e os seus custos, criticou o aumento da contribuição para o audiovisual previsto no Orçamento do Estado para 2011, defendeu a existência de um orçamento de base zero para a RTP, referiu as diferenças salariais entre os trabalhadores da RTP e questionou sobre a redução de custos de pessoal, os critérios de renovação do equipamento da RTP e os critérios de aproveitamento de recursos da RTP, tendo o Dr. Guilherme Costa respondido às questões colocadas.

Finalmente, o Senhor Deputado João Oliveira questionou sobre o acordo colectivo de trabalho na RTP, sobre o recurso a entidades externas à RTP, bem como a situações de substituição de trabalhadores.

Na resposta, o Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP, S.A., informou que o acordo colectivo estava a ser cumprido; defendeu que a utilização de recursos externos tem de ser uma excepção, baseada em critérios económicos; e que não tem conhecimento de casos de substituição, mas que, a existirem, são situações claramente pontuais.

Na segunda ronda de perguntas, o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) referiu que o relatório sobre o serviço público de televisão não tinha dado entrada na Assembleia da República, pelo que os Deputados não têm conhecimento dele, e solicitou que, se possível, fosse enviado à Comissão. Comentou ainda que oito anos de governação socialista conduziram a situação financeira da RTP ao descalabro referido pelo seu presidente e que apesar de os custos com a grelha de programas terem aumentado o *share* de audiência se manteve. Referiu que as medidas de

contenção da despesa na RTP são indispensáveis e que se não forem tomadas a reputação desta entidade é posta em causa. Reiterou que não estava a ser feita uma avaliação negativa da actuação do actual Conselho de Administração da RTP, S.A., mas sim que estavam a ser pedidas contas à Administração Pública e que o PSD não é contra o serviço público mas sim contra o actual serviço público, que custa um milhão de euros por dia aos portugueses.

O Senhor Deputado Luís Miguel França (PS) realçou o trabalho feito pela actual e a anterior administração da RTP, S.A., questionou se, considerando que o projecto de revisão constitucional do PSD prevê a privatização da RTP, estará em causa o serviço público de rádio e televisão nas regiões autónomas, bem como os correspondentes postos de trabalho; se já existiu ou existe intenção de alteração do modelo de funcionamento da RTP-Madeira, quanto às emissões autónomas, transformando os canais regionais numa espécie de "janela"; e sobre um eventual negócio entre a RTP e o Governo Regional da Madeira sobre os terrenos e o edifício onde estão instalados a rádio e a televisão, bem como se estão previstas novas instalações para a RTP-Açores.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) questionou sobre a capacidade instalada da RTP-Porto e o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) solicitou esclarecimentos adicionais sobre contratação de jornalistas com vencimentos mensais superiores a 10000€. Finalmente, o Senhor Deputado José Manuel Rodrigues (CDS-PP) questionou se estava prevista a fusão da RTP-África e a RTP-Internacional, bem como a eventual extinção dos canais regionais, tendo o Senhor Presidente do Conselho de Administração da RTP respondido aos esclarecimentos adicionais solicitados.

A audição foi gravada, com excepção da parte final, devido a problemas técnicos, a partir da intervenção do Deputado João Oliveira na primeira ronda de perguntas, encontrando-se a gravação disponível na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 Novembro 2010.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
João Oliveira
João Serrano
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Luís Miguel França
Maria Conceição Pereira
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Vítor Fontes
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Fernando Negrão
Isabel Oneto
Manuel Seabra